



pixabay.com

O PRINCÍPIO DE RAZÃO SUFICIENTE: A COGNOSCIBILIDADE DA “COISA-EM-SI” EM ARTHUR SCHOPENHAUER

Fernanda Daniela Prado

A célebre tese de doutorado de Arthur Schopenhauer intitulada de *Sobre a quadrúplice*¹ *raiz do princípio de razão*² *suficiente* (“*Satz vom zureichenden Grunde*”, frequentemente abreviado como “*Satz vom Grunde*”), publicada primeiramente em 1813, no auge dos seus 26 anos de idade, pode

¹ A palavra quadrúplice conserva do latim *quadruplex*-,*icis*, uma pronunciada acepção indicativa do que é formado por quatro membros.

² O termo *Grund* em alemão pode ser traduzido como: fundo; solo; terreno; terra; fundamento; base; razão; argumento; motivo; causa.

ser considerada uma propedêutica (uma espécie de “pórtico”) para as obras ulteriores que serão desenvolvidas em sua carreira filosófica.

É sabido que o filósofo alemão abandonou o curso de medicina instigado por Gottlob Ernst Schulze para estudar filosofia, em especial, os idealistas Platão e o “grande” Immanuel Kant. É interessante ressaltar que a partir de seus estudos com os filósofos neokantianos, o pensador e memorável aluno de Johann Gottlieb Fichte, além de adquirir o vasto vocabulário filosófico de Kant, se apropriou também dos problemas discutidos a partir da filosofia kantiana naquele período.

Crítico voraz do idealismo hegeliano, já no prefácio da dissertação de doutorado, o filósofo adverte que esta tornar-se-á a infraestrutura de seu sistema filosófico inteiro, ou seja, “a filosofia elementar” que irá marcar a distância/ruptura de Schopenhauer em relação à filosofia de Kant e com isso “abrirá caminho” para o que será desenvolvido na sua magna obra *O mundo como vontade e representação (Die Welt als Wille und Vorstellung)*. É possível ainda considerar que esta dissertação poderia estar contida no primeiro capítulo deste mesmo livro. Segundo o autor:

Esta dissertação filosófica elementar, publicada pela primeira vez no ano de 1813, quando obtive com ela meu título de doutorado, tornou-se depois a infraestrutura de meu sistema inteiro. Por causa disso, ela não deve faltar no comércio livreiro, como se tornou o caso há quatro anos, sem que eu o soubesse. (SCHOPENHAUER, 2020, p. 23)³

No prefácio escrito em 1818 para a primeira publicação da obra capital *O mundo como vontade e representação*, o filósofo acautela os leitores que as três grandes pilastras que formarão a base do seu edifício filosófico, serão a saber: a escola do divino Platão, a filosofia de Immanuel Kant - o acontecimento mais importante que ocorreu ao longo dos últimos dois mil anos - e o pensamento dos Vedas, cujo acesso se dá pelos Upanishads. No mesmo prefácio, Schopenhauer adverte sobre a importância da leitura e

³ SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre a quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente: uma dissertação filosófica*. Tradução e apresentação de Oswaldo Giacoia Jr. e Gabriel Valladão Silva. São Paulo: Editora Unicamp, 2.020.

compreensão da sua tese doutoral para o entendimento de que o princípio de razão não precede todas as coisas e que o mundo inteiro existe em consequência e conformidade com tal princípio.

Schopenhauer inicia sua tese ao apresentar as regras gerais que compõem a sua metodologia: a homogeneidade (amparada na célebre “Navalha de Ockham”⁴) e a especificação (extraída de Kant, em especial na Doutrina do Método, descrita na Crítica da Razão Pura). Segundo o autor, a tradição filosófica não levou em conta o critério de especificação, sendo que este “produziu os maiores e mais importantes progressos” e até então, não havia sido feita a distinção correta entre os termos Grund e Vernunft.⁵

A quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente indica que ela é ao mesmo tempo unidade e especificidade. Enquanto unidade, encontra a relação no sujeito e no objeto; e enquanto especificidade, encontra quatro figuras de representações possíveis. Este princípio não indica um tipo de conhecimento do mundo, mas deve ser especificado, já que se comporta de quatro maneiras ⁶ sendo o fundamento (Grund) de toda a ciência⁷/conhecimento.

Schopenhauer adverte que o genuíno filósofo procurará por toda parte clareza e nitidez, enquanto o filósofo inautêntico ocultará sua falta de pensamento. Na sequência, cita criticamente os filósofos Spinoza, Descartes, Aristóteles, Neo-spinozistas (schellinguianos, hegelianos e outros) e suas considerações acerca da prova da existência de Deus e também o conceito de *causa sui* (causa de si mesmo). Segundo o autor “eu, por meu lado, só vejo na *causa sui* uma *contradictio in adjecto*, um anterior que é um posterior, uma atrevida palavra autoritária para romper o infinito encadeamento causal”. (SCHOPENHAUER, 2020, p. 57)

⁴ É um princípio científico e filosófico que propõe que, entre hipóteses formuladas sobre as mesmas evidências, é mais racional acreditar na mais simples. O filósofo inglês Guilherme de Ockham (1285-1347) não foi o primeiro a empregar este princípio, pois Aristóteles já fazia o mesmo no século 4 a.C. Já o termo “navalha” é uma metáfora que surgiu muito depois dele: sugere que, com o uso da parcimônia, a hipótese mais complicada é “cortada”.

⁵ Grund pode ser traduzido por razão (expressão de um fundamento) e Vernunft, que pode ser traduzido por faculdade de conhecimento racional (fundamentação).

⁶ O termo quadrúplice atenta ao fato que a raiz não é multiplicada por quatro, mas ela se manifesta de quatro maneiras. A quadrúplice raiz também pode ser compreendida como quadrúplice necessidade.

⁷ A palavra Ciência (Wissenschaft) pode ser entendida como um “sistema interligado/organizado de conhecimento”. Daí o fato do princípio de razão (Grund) suficiente ser, ele próprio, fundamento de toda a ciência.

A filosofia de Gottfried Wilhelm Leibniz também não vai escapar às críticas de Schopenhauer, já esta que trouxe a primeira formulação do princípio, mas além de Leibniz ter se comportado como se fosse o primeiro a ter inventado tal princípio, por fim não resolveu a sua especificação.

Christian Wolff foi a primeiro a ariscar uma formulação do princípio de razão (“Nada é sem que haja uma razão por que seja ou pelo contrário não seja.”). Wolff insiste que não se deve confundir o princípio de razão com o princípio de causa e efeito; no entanto, também não determinou claramente a diferença entre ambos.

A filosofia de David Hume será apresentada de forma diferente, pois o filósofo escocês foi o primeiro a perguntar de onde a Lei da Causalidade recebeu a sua autoridade, porém Hume não conseguiu entender que a causalidade é uma espécie de “articulação” da experiência, sendo por conseguinte a posteriori. Segundo Schopenhauer:

Hume foi o primeiro a quem ocorreu perguntar de onde, então, essa lei da causalidade recebe sua autoridade, e de exigir suas credenciais. O resultado a que chegou é conhecido: a causalidade não seria nada além da sucessão no tempo das coisas e dos estados empiricamente percebida e tornada habitual para nós. (SCHOPENHAUER, 2020, p. 69)

Já Immanuel Kant insistiu sobre a diferenciação entre o princípio lógico (Formal) do conhecimento - “Toda proposição tem que ter a sua razão” - e o princípio transcendental (material) - “Toda coisa tem de ter sua razão”-, ao polemizar contra Eberhard, que quisera identificar ambos.

A diferenciação do princípio de razão suficiente se dá em dois aspectos: o primeiro deles seria que para que juízos serem verdadeiros, sempre terão que ter uma razão que os fundamente; o segundo deles que para haja modificações de objetos reais, seria necessário ter uma causa.

A consciência cognoscente surge como sensibilidade externa e interna, entendimento e razão, e pode ser dividida em sujeito e objeto. Todas as representações são objeto do sujeito (e vice versa). Estas representações se encontram em ligação regular e a priori determinável segundo a sua forma.

A primeira figura/forma do princípio de razão foi intitulado de Devir (*principium rationis sufficientis fiendi*). A primeira classe dos objetos que este princípio se refere será a das representações intuitivas completas e empíricas. Este princípio será apresentado como lei da causalidade e, como tal, do Devir, ou seja, se ocorre um novo estado de um ou mais objetos reais, é preciso que um outro o tenha precedido. O exemplo dado na dissertação é de um corpo que se inflama, sendo preciso que esse estado de combustão tenha sido precedido de um estado anterior a ele. Onde se pode ler:

Se ocorre um novo estado de um ou mais objetos reais, é preciso que um outro o tenha precedido, do qual o novo se segue regularmente, isto é, todas as vezes que o primeiro ocorre. Um tal seguir-se é um resultar, e o primeiro estado é a causa, o segundo, o efeito. (SCHOPENHAUER, 2.020, p. 97)

O princípio do Devir também pode ser entendido como sendo o princípio de deslocamento temporal e espacial, ou seja, a simultaneidade do espaço (Raum) e tempo (Zeit), somada à articulação da causalidade resultam no movimento. A lei da causalidade é apresentada como sendo ligada exclusivamente às modificações e tem a ver sempre e unicamente com estas.

A cadeia de causalidade é necessariamente sem início, pois todo novo estado tem de resultar de uma modificação precedente. A novidade apresentada pelo autor é de que o conceito de causa (Ursache) deve também ser entendido como um conjunto de causas (não é somente uma coisa) e também de que a matéria é tomada como “substância da causalidade”. No entanto, apesar de a forma e a matéria constituir as coisas, as formas mudam⁸ e a matéria permanecerá.

A matéria seria a “portadora de todos os estados dos corpos”. Ela é “sustentáculo” material e por isso pode ser entendida como uma substância. Portanto, o movimento diz respeito a mudança de estado e a matéria diz respeito aquilo que permanece nessa mudança.

⁸ A modificação (Veränderung) é o resultar (Erfolgen) da relação entre causa (Ursache) e efeito (Wirkung).

O autor ainda assegura posteriormente em seus escritos que a sucessão é toda a essência do tempo e complementa ao afirmar que o ser da matéria⁹, é o seu fazer-efeito, onde nenhum outro ser lhe é possível nem sequer pensável. Causa e efeito (Ursache und Wirkung), portanto, são a essência inteira da matéria e seu ser é fazer-efeito. Já o tempo e o espaço (“a essência da matéria”), cada um por si, são também representáveis intuitivamente sem a matéria; esta, contudo não o é sem eles. Sendo assim, a matéria reside no fazer-efeito, na causalidade.

O filósofo problematiza em O mundo como vontade e representação o fato de que a mera existência de uma coisa não autoriza a inferir que ela tenha uma causa. Assevera também que Coisas, são em outras palavras Estados de Matéria; pois apenas a Estados relaciona-se a Mudança e a Causalidade. Tais estados são os que se entende no amplo sentido do termo por Forma, e somente esta é submetida à lei da causalidade. No entanto, a Forma também constitui a Coisa, vale dizer, fundamenta a diversidade das coisas; já que a matéria tem que ser pensada como igual em todas elas.

Ainda na mesma obra, o autor afirma que a ligação da Forma com a Matéria, ou da *essentia* com a *existentia*, dá o concreto, que é sempre um individual, logo a Coisa: e as Formas são aquilo cuja ligação com a Matéria – isto é, sua entrada em cena nesta, por intermédio de uma mudança – é submetida à lei de causalidade.

A lei de causalidade, além de encontrar aplicação em todas as coisas do mundo - “porém não no mundo mesmo” -, não é transcendente ao mundo, sendo pertencente à mera forma do nosso entendimento e, juntamente com o mundo objetivo que através dela é mera aparência (Schein), é pelo entendimento condicionada.

O conceito de causalidade também pode ser entendido como “intelectualidade da intuição¹⁰ empírica”. É somente pela categoria da causalidade que reconhecemos os objetos como reais/efetivos (Wirklich).

A sensação sempre é subjetiva e permanece como sendo um processo do próprio organismo. As sensações podem também ser

⁹ Schopenhauer afirma que o continente de qualquer coisa material é, de maneira bastante acertada, nomeado Wirklichkeit, efetividade na língua alemã, palavra muito mais expressiva que Realität.

¹⁰ A intuição é obra principalmente do entendimento (Verstand), que “cria e produz esse mundo objetivo a partir da matéria bruta de algumas impresses nos órgãos dos sentidos”.

agradáveis ou desagradáveis e indica uma relação com a vontade. O entendimento, por conseguinte, está ligado ao cérebro (Gehirn) e emprega a lei da causalidade pela qual a sensação subjetiva se torna intuição objetiva. O entendimento concebe a sensação dada pelo corpo como um efeito que, necessariamente deve ter uma causa. Este, toma em seu auxílio a forma do sentido externo, do espaço para transferir aquela causa para fora do organismo. Essa operação é intuitiva e imediata.

Se as sensações são subjetivas e limitadas, o entendimento é uma função do cérebro que transforma as sensações subjetivas em intuições objetivas. Do ponto de vista fisiológico, o intelecto é uma função do cérebro, que apreende tão pouco da experiência e é a priori. Os sentidos do tato e da visão são objetivos e fornecem o “material bruto” para o processo de conhecimento, enquanto a intuição empírica é intelectual, mas nem por isso é racional. Por conseguinte, os sentidos subjetivos são o olfato, a audição e o paladar.

A visão é unilateral, não carece de nenhum contato e fornece um protótipo para a intuição. Além de ter um campo incomensurável, também promove os sentimentos. Já o tato é limitado ao corpo e apesar de possibilitar vários aspectos, não é ainda a intuição. Este fornece dados tão inequívocos e multifacetados que ele é o sentido mais profundo. Onde se pode ler:

Ora, o tato e visão têm antes de mais nada cada um deles suas próprias vantagens; por isso apoiam-se reciprocamente. A visão não carece de nenhum contato, nem mesmo de qualquer proximidade: seu campo é imensurável, vai até as estrelas. (SCHOPENHAUER, 2020, p. 139)

Como a visão prova a intelectualidade da intuição?

A visão é um procedimento intelectual do entendimento, ou seja, é cerebral. O filósofo apresenta então alguns exemplos para reiterar tal argumentação: a inversão da imagem na retina; a intuição à respeito da terceira dimensão e a percepção da distância e perspectiva. O entendimento é predominantemente ativo nestes casos, pois apreende toda modificação como efeito e a relaciona à causa sobre a base das intuições imprescindíveis

do espaço e do tempo. Mesmo havendo um profundo abismo entre o entendimento e a razão, o entendimento (*Verstand*) é ativo e sendo bem aplicado e exercitado, a consequência deste processo seria o conhecimento acerca da realidade (*Realität*).

Schopenhauer apresenta uma novidade em sua filosofia ao admitir que existe também a presença do entendimento nos animais, isto é, conhecimento da lei da causalidade. O conhecimento desta, tem realmente uma origem a priori e não meramente do hábito de ver seguir-se uma coisa de outra.

Em seu uso prático, o entendimento pode ser chamado de astúcia e, se ela envolve enganar os outros, chama-se solércia; artimanha e burla, quando associadas com o prejuízo de outrem. Em seu uso teórico, o entendimento em graus mais elevados, pode ser chamado simplesmente de perspicácia, compreensão, sagacidade, penetração. Sua falta pode ser chamada de embotamento, estupidez, ingenuidade, etc.

No que se refere ao Princípio de Razão Suficiente do Conhecer (*principium rationis sufficientis cognoscendi*)¹¹, Schopenhauer inicia suas reflexões afirmando que a única diferença essencial entre o homem e o animal é a razão e a sua capacidade de criar conceitos, isto é, as representações abstratas opostas e extraídas das representações intuitivas. Graças à colaboração da representação abstrata, as motivações também passaram por uma espécie de modificação. O tipo de motivação humana, diferente dos demais animais, consiste em primeiro lugar o pensar, para depois escolher e por fim, o agir.

Além das representações intuitivas, o homem possui o cérebro que resguarda as representações abstratas, que podem ser entendidas como sinônimo de conceitos [*Begriffe*], ou ainda, representações de representações [*Inbegriff*]¹². Na formação dos conceitos, a abstração separa em suas partes constitutivas as representações completas e intuitivas, para poder pensá-las separadamente, cada qual com as suas diferentes propriedades ou relações

¹¹ O enunciado geral do princípio de razão suficiente do conhecer é: “Se um juízo deve expresser um conhecimento, ele tem de ter uma razão suficiente: por conta dessa propriedade recebe o predicado de verdadeiro”.

¹² O termo alemão *Begriff* (“conceito”) deriva do verbo *greifen* (“pegar”, “agarrar”). Schopenhauer chama a atenção para esse sentido literal ao caracterizar o conceito como *Inbegriff* (“compêndio”, “coleção”), isto é, algo que “compreende” (*begreift*) várias representações em si.

das coisas. No processo abstrativo, as representações perdem necessariamente o seu caráter intuitivo - “assim como a água perde fluidez e visibilidade, quando é decomposta em seus elementos”-, pois cada propriedade abstraída e assim isolada pode ser pensada, mas não intuída por si só.

Na formação do conceito é desconsiderada muita coisa que é dada pela intuição. Como é sabido, não se pode perder o vínculo com a intuição, já que é esta mais elaborada. O conceito é, portanto, um “pensar-menos” do que é intuído. O que é comum a todos os diversos objetos intuídos é o *genus* [gênero] daquela *species* [espécie]. Quanto mais a abstração for elevada, muitos aspectos serão desconsiderados e pensados a respeito dos conceitos. Os conceitos mais gerais/elevados, são os mais vazios e pobres (ser, essência, coisa, devir, etc).

Se as representações decompostas para formar os conceitos abstratos perdessem todo o caráter intuitivo, elas escapariam inteiramente à consciência. Estas representações são fixadas e retidas através das palavras, constituindo a linguagem, mas nunca sendo “coisas intuitivas”.

Segundo o autor, os animais não tem linguagem porque estão limitados às representações intuitivas e são incapazes de formar conceitos a partir da abstração, no entanto compreendem nomes próprios.

Todo o pensar (atividade intelectual interna) é escasso ou de palavras ou de figuras da fantasia¹³. O pensar abstrato é uma elucubração puramente lógica ou tange a fronteira das representações intuitivas, onde tende a vincular o empiricamente dado e intuitivamente apreendido com os conceitos abstratos pensados. Em relação ao intuitivamente dado, o pensar procura o conceito/regra à qual ele pertence e nisso reside a atividade da força judicativa do pensamento, sendo esta, uma espécie de mediadora entre as espécies intuitiva e abstrata de conhecimento, ou entre o entendimento e a razão.

O pensamento que é executado a partir de representações intuitivas é o verdadeiro núcleo de todo conhecimento, já que regressa à fonte “primeira” de todo e qualquer conceito. Daí depreende-se todo o pensamento original e

¹³ O filósofo tece sua crítica ao fato de Aristóteles considerar que nenhum pensamento pode ocorrer sem figuras da fantasia.

verdadeiro, porque nesse tipo de pensamento prevalece a atuação do entendimento.

Para o filósofo alemão, a palavra ideia guarda o seu sentido originário platônico. Outros pensadores franceses e ingleses ligam a palavra ideia a um sentido cotidiano. Em alemão, principalmente ao se pronunciar *Uedälen*¹⁴, todo o discernimento é contradito.

O princípio de razão suficiente é uma verdade metalógica/transcendental, ou melhor, um juízo que tem quádruplice fundamento, e não quatro diferentes fundamentos que conduziriam casualmente ao mesmo juízo, mas um único fundamento que se apresente de modo quádruplice. Os conhecimentos a partir da razão pura são aqueles que repousam na parte formal de nossa faculdade cognitiva, ou seja, na parte que pensa ou naquela que intui, trazidas a priori à consciência.

A razão fornecedora de ideias inatas é uma pura ficção dos professores de filosofia. Schopenhauer elogia John Locke em suas considerações acerca do inatismo, mas o critica na medida em que estendeu sua negação de todas as verdades inatas também ao conhecimento formal (e Kant posteriormente corrigiu tal erro). Apesar de tais erros teóricos, o filósofo inglês teve plena razão em relação a todo conhecimento material que oferece um conteúdo a ser conhecido. Segundo o autor:

Por acaso conhecem esses senhores um certo Locke? Tê-lo-ão lido? Quem sabe uma vez, há muito tempo, de maneira superficial e fragmentária, e ainda o mirando de cima para baixo, com inteira consciência de sua superioridade relativamente ao grande homem, e além disso em má tradução alemã, feita por diaristas, pois ainda não noto que o conhecimento das línguas modernas aumente na mesma medida em que diminui – que os céus ouçam nosso lamento – o conhecimento das línguas antigas. (SCHOPENHAUER, 2020, p. 265)

¹⁴ Ao citar o termo *Uedälen*, Schopenhauer faz alusão ao dialeto suábio, falado por Hegel.

A terceira figura/forma do Princípio de Razão Suficiente é nomeada de Princípio do Ser¹⁵ (*principium rationis sufficientis_essendi*). A classe dos objetos para o qual tal princípio se remete seria a parte formal das representações completas e empíricas.

O tempo e o espaço são intuídos de “modo puro”, e os objetos desta classe são puros pontos e linhas, extensão e divisibilidade infinitas do espaço e do tempo. Tanto o espaço como o tempo além de serem intuídos, são também preenchidos pela matéria. A matéria é considerada como a “causalidade tornada objetiva” e “perceptibilidade das formas puras” que tornará perceptíveis as formas da sensibilidade.

Schopenhauer afirma que apesar de Euclides¹⁶ ter apresentado 12 teoremas em sua obra Os Elementos, apenas o nono, o décimo primeiro e o décimo segundo condizem propriamente sobre as intuições singulares, isto é, axiomas irreduzíveis da geometria. O restante destes teoremas são como que derivações não intuitivas e secundárias.

A matemática opera com intuições normais (Normalanschauungen), isto é, com figuras e números que oferecem ainda as leis para toda a experiência, abrangendo conceitos advindos da representação singular.

As intuições normais da geometria não se distinguem por seu mero ser em contiguidade, pelo lugar. Estas intuições corresponderiam ao mesmo tempo a intuições puras singulares e são também universais e abrangentes como os conceitos/ideias. Vale ressaltar a referência à definição de Platão de ideias, que podem ser descritas como intuições normais, que são válidas não somente para os elementos formais da matemática, mas também para o elemento material das representações completas. Para o filósofo grego de modo algum poderiam existir duas ideias iguais, pois estas seriam apenas

¹⁵ A palavra Ser deve ser entendida como “razão de ser”, ou ainda “essência formal”. É importante ressaltar aqui a influência clara de Christian Wolff.

¹⁶ Euclides de Alexandria foi um professor, matemático e escritor grego, muitas vezes referido como o "Pai da Geometria". Além de sua principal obra, Os Elementos, Euclides também escreveu sobre perspectivas, seções cônicas, geometria esférica, teoria dos números e rigor. A geometria euclidiana é caracterizada pelo espaço euclidiano, imutável, simétrico e geométrico, metáfora do saber na antiguidade clássica e que se manteve incólume no pensamento matemático medieval e renascentista, pois somente nos tempos modernos puderam ser construídos modelos de geometrias não-euclidianas.

uma. É sabido que para Platão a geometria é um exercício propedêutico para a ocupação de objetos incorpóreos.

Schopenhauer apresentará ainda uma crítica ao oitavo axioma de Euclides, que afirma: “Figuras que coincidem são iguais entre si” e explicita que coincidir pode ser entendido como uma tautologia, ou ainda como uma coisa completamente empírica, distinta da intuição pura. Ao criticar a matemática euclidiana, Schopenhauer atesta ao fato que é necessária uma espécie de remissão de cada fundamentação lógica a uma fundamentação intuitiva. Euclides dedicou-se em suas demonstrações à busca por evidências lógicas e com isso, rejeitou a evidência intuitiva. Como é sabido, a intuição é a fonte primária de qualquer evidência e a referência imediata ou intermediada a ela é a verdade absoluta.

Segundo o filósofo, Euclides formulou proposições desconectadas e com isso demonstrou o “que algo é”, mas não por que algo é, e com isso, trouxe inúmeras desvantagens da ciência. Euclides deveria mostrar definitivamente que no triângulo os lados e os ângulos se determinam reciprocamente e são fundamento e consequência uns dos outros, ou seja, deveria nos dar uma intelecção fundamental da essência do triângulo.

As críticas de Schopenhauer também são desferidas ao teorema de Pitágoras, em que linhas são traçadas sem se saber ao certo o por que destas razões. Tanto Pitágoras, quanto Euclides, rejeitaram o modo próprio de fundamentação e evidência de um tipo de conhecer.

A geometria para o filósofo é a compreensão do nexa da posição das partes no espaço, ou seja, das ligações realizadas no espaço, que só é possível através da intuição (*Anschauung*). A geometria euclidiana recorre à intuição apenas quanto aos seus axiomas, sendo todas as suas demais proposições seriam “demonstrações. A “geometria intuitiva” proposta por Schopenhauer afirma que a demonstração geométrica proporciona apenas a convicção da verdade e não a sua compreensão.¹⁷

A quarta figura do Princípio de Razão Suficiente é intitulada de Princípio do Agir (*principium rationis sufficientis agendi*). A classe de objetos a que este princípio se refere, diferente das demais classes, é o “sujeito do

¹⁷ Schopenhauer entende que Euclides ocupa-se, ao mesmo tempo, com “demonstrações” próprias ao domínio do princípio de razão suficiente do ser e também do conhecer.

querer” (Subjekt des Wollens), que também pode ser denominado “objeto imediato do sentido interno”.

O sujeito do querer é objeto para o sujeito cognoscente (Erkennende Subjekt)/sujeito do conhecer (Subjekt des Erkennens). Enquanto objeto de conhecimento, o “sujeito querente” só faz uso da forma do tempo e não do espaço.

Na grande obra *O mundo como vontade e representação*, Schopenhauer ao ser influenciado pelo seu professor Karl Leonhard Reinhold, expôs que a condição essencial de todo conhecimento (essência formal) é a de que todo conhecimento pressupõe a relação entre sujeito e objeto (e a relação entre ambos é a própria representação). Ainda na mesma obra, o filósofo explicita que a consciência consiste no conhecer, onde uma parte é a que conhece e a outra que é conhecida.

Em sentido ampliado a palavra conhecimento (Erkenntniß) também é sinônimo de consciência (Bewußtsein), pois conhecer é ter consciência de algo. Schopenhauer analisa a falsa proposição: “Eu conheço e também sei que conheço” e constata que é somente na expressão que teu saber do teu conhecer é diferente de teu conhecer.

O sujeito do querer aparece como nunca podendo ser conhecido, nem jamais se tornar objeto (representação) e disso advém algumas constatações: temos o autoconhecimento (Selbsterkenntniß) externo que se dá pela intuição sensível de nosso próprio corpo, como também temos um autoconhecimento interno pela autoconsciência interna de nosso próprio corpo. Portanto, se todo o conhecimento pressupõe um conhecido e o cognoscente, logo, o que é conhecido na autoconsciência não é o cognoscente, mas sim o querente/sujeito do querer, a vontade¹⁸.

O querer é o “mais imediato de todos os conhecimentos”, não podendo nem ser definido ou descrito.¹⁹ O sujeito conhece a si mesmo apenas como querente e não como cognoscente. Segundo o autor, a identidade do sujeito do querer com o sujeito cognoscente, e em virtude da qual a palavra “eu” se encerra e designa ambos, seria o “nó do universo”. Onde se pode ler:

¹⁸ Segundo Schopenhauer, a vontade é a substância do ser humano, o intelecto, o acidente: a vontade é a matéria, enquanto o intelecto é a forma. A vontade é o calor, o intelecto, a luz.

¹⁹ O querer tem muitos graus, do mais leve desejo até a paixão. O querer não se resume somente a todos os afetos, mas também a todos os movimentos da interioridade.

Mas a identidade do sujeito do querer com o sujeito cognoscente, em virtude da qual (necessariamente) a palavra “eu” encerra e designa ambos, é o nó do universo, e, em razão disso, inexplicável. Pois somente as relações entre os objetos são compreensíveis para nós; entre tais relações, porém, dois só podem ser um na medida em que forem partes de um todo. (SCHOPENHAUER, 2020, p. 317)

É importante ressaltar que no Princípio de Razão Suficiente do Agir, a razão (Grund) é chamada de motivo (Motiv) da ação. A ação do motivo é conhecida não apenas exteriormente, mas também a partir do interior. Surge daí a seguinte proposição: a motivação é a causalidade vista a partir de dentro.

A influência que a vontade exerce sobre o conhecer não está fundada na causalidade, mas na identidade do sujeito cognoscente com o querente. A vontade é determinada pela lei da motivação.²⁰

A especificidade do sujeito cognoscente, quando se trata de tornar presentes as representações, é tão somente obediente à vontade, conforme sua capacidade de exercício – é a memória. Schopenhauer não concorda com a representação habitual da memória como uma espécie de “recipiente”, na qual perduram uma provisão de representações prontas. Segundo o filósofo, de modo algum uma recordação é, de fato, como é habitualmente admitido, sempre a mesma representação que é retirada de novo de seu “reservatório”, senão que a cada vez surge efetivamente uma nova, em virtude do exercício.

Todos os conhecimentos adquiridos, quando não exercitamos, desaparecem pouco a pouco da memória, porque eles são apenas produtos do exercício a partir do hábito e do manejo.

Em suma, o principal objetivo de Schopenhauer na sua tese doutoral consistiu em distinguir e elucidar as quatro acepções do princípio de razão suficiente, e com isso eliminar as possíveis confusões teóricas e práticas a respeito da má compreensão deste princípio. Demonstrou também a

²⁰ A vontade é também o oculto condutor da associação de ideias, ou seja, o emprego do princípio de razão em suas quatro figuras sobre o curso subjetivo dos pensamentos, logo, sobre a presença das representações na consciência.

identidade entre o sujeito da vontade e do conhecimento, bem como o caráter subordinado e da razão relativamente à vontade.

É de conhecimento comum a conciliação entre realismo e idealismo realizada por Schopenhauer. A herança da teoria do conhecimento de Kant em sua filosofia é a de que existem os objetos reais, mas a realidade é condicionada pelo entendimento. A principal diferença entre ambos os pensadores é que para Schopenhauer, a sensibilidade é ativa, enquanto o entendimento é intuitivo. O filósofo faz a doutrina kantiana passar por uma transformação radical e fisiológica ao identificar facilmente as formas da inteligência com a constituição do cérebro.

A quadrúplice raiz não indica um tipo de conhecimento do mundo, mas deve ser especificado, já que se comporta de quatro maneiras sendo o fundamento (Grund) de toda a ciência/conhecimento. O correlato subjetivo da primeira classe das representações é o entendimento, o da segunda é a razão, o da terceira é a sensibilidade e finalmente, o da quarta é o sentido interno, ou, em geral a autoconsciência.

As inovações operadas por Schopenhauer foram inúmeras, e dentre elas: a intuição não é de ordem puramente sensível, mas intelectual; o conceito de causalidade pode ser entendido como “intelectualidade da intuição empírica”; a matéria é considerada tanto como a “causalidade tornada objetiva” quanto como “perceptibilidade das formas puras” e tornará perceptíveis as formas da sensibilidade; a crítica à matemática euclidiana pode ser entendida como uma remissão de cada fundamentação lógica que levará a uma fundamentação intuitiva; a geometria sendo ligada à intuição; a possibilidade de conhecimento da coisa-em-si, etc.

Portanto, segundo o autor razão qualquer tonto tem, pois basta dar-lhes as premissas, que ele extrairá a conclusão. O entendimento fornecerá o conhecimento primário e intuitivo. A intuição é empírica e obra do entendimento, onde os sentidos lhe fornecem apenas o material (em geral, pobre) de suas sensações. A lei da causalidade é a primeira condição de toda a intuição empírica e tanto David Hume quanto John Locke cometeram erros em suas teorias no que se refere à conceituação da causalidade, eis a missão operada por Arthur Schopenhauer em sua tese doutoral na Universidade de Jena.

Bibliografia:

ANTISERI, D.; REALE, G. *História da Filosofia: Do Romantismo até nossos dias*. São Paulo: Paulus, 1.991. – (Coleção filosofia)

BARBOZA, Jair. *Schopenhauer: die Erscheinung, das Phänomen*. Voluntas: Revista Internacional de Filosofia, v.5, n. 1, 2014, p. 03-08.
Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/voluntas/issue/view/1362/>>

CACCIOLA, Maria Lúcia. *Schopenhauer e a questão do dogmatismo*. São Paulo: Edusp, 1.994.

DEBONA, Vilmar; FONSECA, Eduardo Ribeiro; HULSHOF, Monique; MATTOS, Fernando Costa; RAMOS, Flamarion Caldeira (Orgs). *Dogmatismo e antidogmatismo: filosofia crítica, vontade e liberdade*. Uma homenagem a Maria Lúcia Mello e Oliveira Cacciola. Curitiba: Editora UFPR, 2015. 380 p.

DURANTE, F. *A Escola de Schopenhauer em seus sentidos lato e estrito: entre Apóstolos, Evangelistas, Metafísicos, Heréticos, os Pais da Igreja e as Mulheres*. Revista Sofia Eletrônica, v. 6, p. 136-148, 2.017.

MANN, Thomas. *O pensamento vivo de Schopenhauer*. São Paulo. Martins Editora, 1960.

SCHOPENHAUER, ARTHUR. *O mundo como vontade e como representação, Tomo I*. Tradução, apresentação, notas e índices de Jair Barboza. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005a.

_____. *O mundo como vontade e como representação, Tomo II: Suplementos aos quatro livros do primeiro tomo*. Tradução, apresentação, notas e índices de Jair Barboza. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005b.

_____. *Sobre a quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente: uma dissertação filosófica*. Tradução e apresentação de Oswaldo Giacoia Jr. e Gabriel Valladão Silva. Editora da Unicamp, 2.020.

_____. *Sobre o fundamento da moral*. Trad. Maria Lúcia Cacciola. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2.001.

SILVA, Luan Corrêa. *A unidade ética em “O mundo como vontade e como representação” de Schopenhauer*. Voluntas: Revista Internacional de Filosofia, v.9, n.2, p. 4-15, 2018.

TANNER, Michel. *Schopenhauer: Metafísica e arte*. Tradução de Jair Barboza. São Paulo: Editora Unesp, 2.001. – (Coleção Grandes Filósofos).

TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *Dogmatismo e Antidogmatismo: Kant na sala de aula*. Cadernos de Filosofia Alemã 7, p. 67-86, 2.001.